



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DALVAN LIMA SANTOS

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DE
CABOCLO- SÃO JOSÉ DA TAPERA /AL**

DELMIRO GOUVEIA- AL

2021

DALVAN LIMA SANTOS

**TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DE
CABOCLO- SÃO JOSÉ DA TAPERA /AL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Curso de Geografia Licenciatura da
Universidade Federal de Alagoas, Campus do
Sertão, como requisito para a obtenção do título de
Graduado em Geografia - Licenciatura.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Gama Lima

DELMIRO GOUVEIA- AL

2021

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S237t Santos, Dalvan Lima

Território e territorialidade quilombola da comunidade de Caboclo São José da Tapera AL / Dalvan Lima Santos. - 2022.
65 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Lucas Gama Lima.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Geografia humana. 2. Comunidade Quilombola Caboclo. 3. Territorialidade. 4. Território. I. Lima, Lucas Gama. II. Título.

CDU: 913.371



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: **GEOGRAFIA – LICENCIATURA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): **Dalvan Lima Santos**

“Território e territorialidade quilombola da comunidade Caboclo – São José da Tapera/AL” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL - Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 08 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

(Prof. Dr. Lucas Gama Lima – UFAL /Campus do Sertão)
(Orientador(a))

(Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima – UFAL/Campus do Sertão)
(1º Examinador(a))

(Prof. Me. Flávio dos Santos)
(2º Examinador(a))

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me ajudado a superar todos os obstáculos enfrentados durante o curso.

À minha família e em especial a minha esposa Débora, por todo amor, compreensão e incentivo, sem eles jamais conseguiria.

A todos os professores do curso de Geografia, por todo conhecimento transmitido e paciência durante esses anos de formação.

Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Lucas Gama Lima - por quem tenho muito respeito e admiração - pelo apoio, paciência, compreensão, direcionamento e tempo dedicado para que esse trabalho fosse desenvolvido.

Aos moradores da Comunidade Quilombola Caboclo, pela recepção calorosa e atenção.

A população da comunidade, pelo compartilhamento de suas vivências, contribuindo para realização desse estudo, em especial, a Dona Valdirene, pela disponibilidade e ajuda.

Enfim, meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram de forma direta ou indireta nessa etapa tão especial da minha vida.

Muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa teve por finalidade analisar o território e territorialidade na Comunidade quilombola Caboclo, situada no município de São José da Tapera/AL. A pesquisa veicula a categoria geográfica de território como elemento norteador da análise, e os resultados encontrados revelaram que a população da Comunidade Caboclo vive em condições adversas, pois os pequenos lotes de terra ocupado por essas famílias não são suficientes para a reprodução familiar, impulsionando o deslocamento espacial de seus indivíduos, em busca de oportunidades de emprego. A investigação alicerçou-se na revisão bibliográfica e no levantamento de dados e informações sobre as condições objetivas da comunidade. Foi possível observar que a falta de água contribui para acentuar os problemas para a reprodução do modo de vida quilombola na comunidade.

Palavras-chave: Formação territorial. Mobilidade espacial do trabalho. Água.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the territory and territoriality in the quilombola community of Caboclo, located in the municipality of São José da Tapera/AL. The research uses the geographic category of territory as a guiding element for the analysis, and the results found revealed that the population of the Caboclo Community lives in adverse conditions, as the small plots of land occupied by these families are not sufficient for family reproduction, boosting the spatial displacement of its individuals, in search of employment opportunities. The investigation was based on a literature review and on collecting data and information about the objective conditions of the community. It was possible to observe that the lack of water contributes to accentuate the problems for the reproduction of the quilombola way of life in the community.

Keywords: Territorial formation. Spatial mobility of work. Water.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Entrada da comunidade de Caboclo	37
FIGURA 02 – Igreja da Comunidade	39
FIGURA 03 – Escola Municipal da Comunidade	39
FIGURA 04 – Escola Estadual da Comunidade	40
FIGURA 05 - Artesanatos produzidos pelas artesãs	43
FIGURA 06 – Plantação de Mandioca e Feijão na comunidade	44
FIGURA 07 – Plantação de Milho	44
FIGURA 08 – Caminhão Pipa na Comunidade	45
FIGURA 09 – Cisternas de Placas na Comunidade	46

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - Terras quilombolas tituladas e em processo de titulação 2021 - AL.....	30
MAPA 02 - Localização da Comunidade Caboclo- São José da Tapera- AL.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Comparação dos conflitos no campo no Brasil (2011-2020)	31
GRÁFICO 2 - Evolução de assassinatos relativos a conflitos no campo (2011- 2020)	32
GRÁFICO 3 - Renda Mensal Familiar da comunidade (2021)	47
GRÁFICO 4 – Situação Laboral da Comunidade	48
GRÁFICO 5 - Escolaridade –Comunidade Caboclo	49
GRÁFICO 6 - Relação da população da comunidade com atividade agrícola.....	50
GRÁFICO 7 - Identidade Quilombola	51

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

PCB- Partido Comunista Brasileiro.

SAPP- Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco.

CEBs- Comunidade Eclesiais de Base.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ITERAL- Instituto de Terras de Alagoas.

CPISP- Comissão Pró- Índio de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1.FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL	14
1.1 A questão Agrária no Brasil e a Questão Quilombola.....	28
2. DESAFIOS PARA REPRODUÇÃO DO MODO DE VIDA QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE CABOCLO.....	34
2.1 Território e territorialidade Quilombola	34
2.2 Os desafios para a consolidação e continuidade do território quilombola.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE	57

INTRODUÇÃO

Trazer às comunidades Quilombolas, como tema de discussão e investigação é papel da Ciência Geográfica. Entendermos as comunidades Quilombolas como um espaço de luta, resistência e de afirmação da conquista territorial é de suma importância para compreendermos os desafios enfrentados por essas comunidades. Apesar de muitos direitos terem sido conquistados ao longo dos anos, isso não significa que os mesmos estejam sendo colocados em prática, pois no que diz respeito ao acesso à terra, apesar de ter sido estabelecido que é dever do Estado emitir os devidos títulos a essas comunidades, pode-se observar que se trata de um processo moroso e, não raramente, sem êxito. Sem a titularização de suas terras, os conflitos tendem a se intensificar e essa população continua a sofrer de violências, por parte de grandes proprietários, empresas mineradoras ou agropecuárias.

As comunidades quilombolas, nesse contexto apresentam um espaço de conquista e justiça social, que herdaram uma ancestralidade de luta, saber e modo de reprodução de vida que lhe são únicos. O uso de seus territórios costuma ser pautado no coletivismo e respeito as tradições culturais que foram herdadas de seus ancestrais fazendo das comunidades um espaço de possibilidades de continuidade e manutenção cultural de tradições e valores. Porém diante das dificuldades de acesso à terra, em função da morosidade do Estado para fazer a desapropriação e dar a titularização das terras, observa-se que muitas pessoas são obrigadas a vender sua força de trabalho dentro da própria comunidade ou na maioria das vezes fora da mesma. Partindo dessa perspectiva, surge o questionamento quais os desafios para a conquista do território Quilombola?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o território e territorialidade na Comunidade quilombola de Caboclo, em São José da Tapera- AL. Para alcançar o objetivo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a categoria território e sobre a formação territorial brasileira. Também foram levantados dados e informações através de pesquisa de campo.

Optou-se pelo desenvolvimento empírico da pesquisa da realidade da Comunidade Quilombola de Caboclo situada no município de São José da Tapera, prioritariamente, em razão da comunidade ainda não ter demarcadas

as suas terras. A pesquisa de campo ocorreu no período de 18 a 20 de outubro de 2021, a escolha das pessoas se deu de maneira aleatória, onde foram entrevistadas 15 pessoas, sendo 09 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Foram entrevistadas pessoas de uma faixa etária de 17 aos 75 anos.

A análise da formação territorial brasileira realizou-se por intermédio das proposições dos autores: Moraes (2001), Furtado (2007), Prado Jr (2008), entre outros. Visto que a pesquisa se realizou diante de uma realidade territorial delimitada por relações de poder e identidade nos debruçamos pela abordagem conceitual de Haesbaert (2003;2004) e Raffestin (1993), considerando suas proposições de maior relevância para a compreensão de território aqui estudado.

No primeiro capítulo intitulado: **A Formação territorial brasileira**, analisou-se como se deu as bases da formação territorial, fazendo reflexões sobre o processo de distribuição de terras e a formação dos latifúndios, trazendo também a importância da mão de obra escrava nesse processo e a formação de quilombos como uma forma de luta e resistências ao sistema imposto pelos europeus. Em um segundo momento foi realizada uma reflexão sobre o crescimento gradual dos conflitos no campo e a violência sofrida pelos remanescentes quilombolas.

No segundo capítulo intitulado: **Desafios para reprodução do modo de vida quilombola na comunidade de Caboclo**, são apresentados os conceitos geográficos território e territorialidade como um fio condutor para entendimento da relação dos quilombolas com a terra e a importância da demarcação e titulação de seus territórios. No segundo momento fazemos uma análise sobre os desafios enfrentados pela comunidade de Caboclo para consolidação de seu território. Esperamos que esse trabalho possa contribuir para a discussão sobre o território e territorialidade das Comunidades Quilombolas do Sertão de Alagoas.

1. FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

O atual território brasileiro é resultado de séculos de ocupação e expansão territorial. E para o entendimento de sua formação devem ser considerados interesses políticos e econômicos. Buscamos analisar as consequências e marcas da colonização, que são marcas visíveis na sociedade brasileira até os dias de hoje.

A colonização deixou marcas na nossa sociedade, não só cultural, religiosa, mas também deixou vários conflitos que assolam a sociedade. E para que se possa compreender as raízes desses conflitos, se faz necessário entendermos o processo de colonização brasileira.

Esse processo tem início com a invasão dos portugueses ao território que futuramente seria o Brasil, em 22 abril de 1500, ou melhor como diz Moraes (2011, p.58) o “achamento” oficial das terras do atual território brasileiro. O paraíso retratado na carta de Pero Vaz Caminha e em vários relatos acerca das belezas naturais encontradas no Brasil é algo que já permeava o imaginário europeu, bem antes da sua ocupação pelos Portugueses.

A colonização do Brasil não teve início logo após a chegada dos Portugueses ao território, pois de início os portugueses não encontraram nada de grande valor para ser explorado naquele primeiro momento, pois segundo Moraes (2011, p. 58) “As populações com que se defrontaram os portugueses – independente das polêmicas acerca de sua densidade – eram demasiado rudes em face mesmo dos reinos africanos com quem eles entabulavam relações”. Mas não podemos afirmar que todos os indígenas do Brasil não conheciam os metais preciosos, tendo em vista a diversidade destes povos existentes no Brasil.

Um dos motivos desse desinteresse de Portugal era explicado pelo fato de que o mesmo estava fazendo a exploração de outras colônias que estavam dando muito lucro nesse período. Tudo isso fez com que o Brasil fosse deixado em segundo plano.

Na verdade, este novo território não oferecia atrativos imediatos visíveis para o conquistador lusitano. Não havia os

estoques metálicos entesourados, como na América hispânica, também não havia os lucrativos produtos e a animada rede de comércio encontrada no Índico. As populações com que se defrontaram os portugueses- independentes das polêmicas acerca de sua densidade- eram demasiado rudes em face mesmo dos reinos africanos com quem eles entabulavam relações (MORAES, 2011, p.58).

Nada do que foi encontrado a princípio, atendia as necessidades do mercado europeu da época que vivia uma fase do mercantilismo e metalismo. A colonização efetiva só tem início a partir de 1530.

A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por esses territórios primitivos e vazios que formam a América; e inversamente o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto pra atividades mercantis. Nessas condições, “colonizar” ainda era entendido como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que feitorias comerciais (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 15-16).

A priori mesmo não tendo atrativos além de sua exuberante beleza de fauna e flora, havia uma necessidade da coroa de anexar toda e qualquer terra que fosse descoberta, pois segundo Moraes (2011, p. 59) “qualquer terra descoberta deveria ser incorporada, pois seu controle abria a possibilidade para o conhecimento e explorações futuras”.

Somente a partir de expedição feita com o intuito de conhecer a área então descoberta que foi feita a observação de que havia em grande abundancia uma árvore chamada pau- brasil da qual poderia ser extraído uma tinta avermelhada muito utilizada para tingir tecidos. E como o interesse de Portugal era o comércio se inicia uma atividade de extração dessa árvore. Porém para se fazer essa extração era necessário uma vasta mão- de – obra, então houve a necessidade de utilizar a mão de obra indígena, então os portugueses começaram a praticar o escambo com os indígenas. O escambo consiste em uma troca, onde os portugueses davam objetos variados desde bugigangas a até instrumentos de trabalho como machado, foice e etc.

[...] Nas primeiras décadas do século XVI, algumas expedições exploradoras e visitas ocasionas para a realização do escambo com os indígenas basicamente para a obtenção de pau- brasil. As primeiras viagens são organizadas diretamente pela Coroa com o objetivo claro de conhecer as novas terras como forma pioneira de reivindicar sua soberania (MORAES, 2011, p.59).

Mesmo o trabalho sendo feito pelos indígenas era necessário um lugar para estocar a madeira até completar a carga das embarcações, então Portugal resolve criar as feitorias, lugares construídos em pontos estratégicos da costa brasileira.

[...] Estas eram inicialmente lugares de armazenamento e embarque de pau-brasil, que acabam cumprindo a função de “postos de Comércio” e de “base de patrulhamento da costa”. A feitoria foi, ademais, um laboratório de conhecimento da terra, de seus produtos e de seus habitantes. Um lócus de aclimação e marco de soberania, enfim, uma base de ocupação cuja a edificação revelaria um intuito proto-colonizador um pouco menosprezado por alguns analistas da história colonial Brasileira (MORAES, 2011, p. 60).

Essa atividade do escambo, não ficou restrita apenas aos portugueses, pois conforme Moraes (2011), notadamente navios franceses visitavam a costa brasileira e praticavam o escambo com os indígenas, fazendo concorrência aos portugueses. Além dos franceses outras nações europeias como Holanda e Inglaterra, também fizeram uso dessa prática. Segundo Furtado (2007, p. 27), “o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal”. Outros possíveis invasores (Inglaterra, França e Holanda) alegavam que tal país só podia ser considerado realmente dono das terras se as ocupassem.

Conforme Moraes (2011, p.60), “a feitoria instalava o colonizador, mas não garantia a conquista efetiva do território. Com isso ficava cada vez mais claro que Portugal necessitava criar uma forma de ocupar definitivamente essas terras”. Então, a partir de estudos feitos sobre as terras brasileiras observou-se que as condições de clima, de solo e acesso a água era bastante favoráveis para a implantação da agricultura da monocultura da cana-de – açúcar que a partir de suas experiências com o cultivo em outras colônias seria uma atividade bastante rentável. Mas Portugal tinha consciência de que demandaria de muita mão de obra e os custos seriam elevados.

Com base em uma antiga lei, criada em Portugal, em 1375, chamada lei de Sesmarias, que consistia em emitir títulos de lotes de terras para os cidadãos portugueses. A coroa passou a emitir títulos de sesmarias aos cidadãos portugueses como uma medida para povoar suas terras na América.

Com a intenção de melhor administrar a colônia D. João III rei de Portugal criou o primeiro sistema político-administrativo colonial entre 1534 e 1536, dividindo a terra em lotes denominados capitanias hereditárias.

O plano em suas linhas gerais, consistia no seguinte: dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos os efeitos desconhecido), em doze setores lineares com extensões que variam entre 30 e 100 léguas. Esses setores se chamaram capitanias, e serão doadas a titulares que gozaram de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juizes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras etc (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 32).

Vale salientar que a posse dessas terras eram doadas a cidadãos que tinham título de nobreza e aqueles que tinham recursos próprios que lhes proporcionasse cuidar, produzir e defender essas terras de possíveis invasões. A terra continuava pertencendo ao rei e esses donatários como eram chamados, tinham apenas o direito de posse, podendo ser revogado a qualquer momento pela coroa.

O cultivo da cana-de -açúcar, demandava muita mão de obra, pois para que essa atividade pudesse custear os gastos de seu cultivo e das defesas dessa terras era necessário cultivar em grandes extensões. Para essa atividade era necessário uma maior força física e também uma maior utilização de técnicas. Tendo em vista que a mão de obra utilizada até então pelos portugueses era a de indígenas na exploração do pau- brasil surge então mais uma dificuldade para essa atividade.

O desenvolvimento da atividade agrícola atuou como um complicador nas relações entre os colonizadores e os indígenas. Essa atividade demandava uma regularidade e um ritmo de trabalho distinto daquele que processava o escambo. Por isso, “junto com os latifúndios e a monocultura da cana espalhou-se a escravidão dos índios” (MORAES, 2011, p. 65).

Os donatários buscavam ter um rápido retorno no seu capital investido e tendo em vista a necessidade de mão de obra eles optaram pela mão de obra indígena. Porém os indígenas já não se sentiam mais atraídos pelos objetos que os portugueses, trocavam com eles.

Conforme Prado Júnior (2008, p. 35), tornou-se indispensável “forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga ou

abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo”.

Conforme Furtado (2007), os núcleos de povoamento que não se afirmaram como produtores de açúcar tiveram maiores dificuldades para consolidar-se economicamente se especializaram na captura de escravos indígenas para comércio nas regiões açucareiras. Com isso vemos que o apresamento de indígenas torna-se uma das principais atividades econômicas.

A captura e o comércio do indígena vieram a constituir, assim a primeira atividade econômica estável dos grupos não dedicados a indústria açucareira. [...] o homem da terra não somente trabalhava para o colono, como também constituía sua quase única mercadoria de exportação (FURTADO, 2007, p.76-77).

A partir desse momento, podemos observar que as tensões entre os indígenas e colonizadores começa a ficar cada vez mais visível. Agora o trabalho passa de um trabalho livre para um trabalho escravo. E tudo aquilo que era alimentado no imaginário europeu, pelas descrições feitas até então sobre os indígenas brasileiros foi tomando forma, pois era necessário justificar a necessidade de civilizar, o que para eles era considerados bárbaros.

A igreja católica que no século XVI, vivia um momento de reformas e que sofria com a perda de fieis, impulsionados pelos movimentos protestantes na Europa viu nas grandes navegações uma saída, para converter mais pessoas ao catolicismo.

A colonização não representou apenas a expansão econômica europeia, mas também a expansão da fé católica. No início do período colonial, os interesses do Estado e da Igreja caminhavam praticamente juntos, não de modo a subjugar as populações indígenas e africanas, mas com o intuito de converter os pagãos ao cristianismo [...] A Igreja católica justificou durante séculos a escravização dos negros africanos, tratando-os como filhos menores de Deus, criaturas num estágio intermediário entre o homem branco e os animais, que deviam passar pelo sofrimento do cativo como penitência necessária para alcançar o reino dos Céus (NERES, CARDOSO e MARKUNAS, 1997, p. 60).

Nesse momento surge as missões religiosas que tinham por objetivo catequizar os indígenas. Então o apresamento indígena começa a ser feito com maior intensidade. O indígena se vê entre a cruz e a espada, pois aos indígenas só lhes restava duas opções ou se convertia ao catolicismo ou se

tornaria um escravo. Aos que se opunham eram perseguidos, presos ou mortos.

Os portugueses diante das dificuldades para forçá-los a trabalhar e impedir as fugas que eram constantes e também a grande mortalidade dos indígenas por doenças que foram trazidas pelos colonizadores, começam a pensar em uma outra alternativa, que consistia em fazer uso de outra mão de obra, muito utilizada pelos portugueses em outras colônias, porém deixada até o momento em segundo plano, pelo seu alto custo e também pela alta perda durante o transporte destes até a colônia. Vale salientar que os indígenas quase sempre conseguiam fugir porque tinham um vasto conhecimento do território.

[...] O índio brasileiro era tão desprezível na avaliação portuguesa que o preço de cada um não ultrapassava a casa dos quatro mil-réis, enquanto o negro nunca era vendido por menos de cem mil-réis, isto no início da escravidão. Eram, pois, os africanos, mercadoria de alto valor na época. Para isso concorria, de certo, sua fácil adaptação a faina agrícola, uma vez que, acostumados a outras condições de vida, decorrentes de civilização maias adiantada, seus hábitos e temperamento muito diferiam do nomadismo indígena [...] (LUNA, 1968, p. 16).

Alguns motivos levaram os portugueses a trazer para o Brasil a mão de obra africana, o primeiro deles foi que os indígenas não apresentavam muita resistência ao trabalho pesado, sem falar que morriam muito por doenças. Havia também os jesuítas que protegia aqueles que se convertiam ao catolicismo. Um outro motivo foi a experiência que os portugueses tinham com relação a utilização da mão de obra escrava negra, em suas outras colônias, sem falar do apoio que a igreja deu a essa atividade, pois assim como os indígenas os africanos eram considerados bárbaros no imaginário europeu, porém para os negros tinha mais um agravante, pois além da cor de sua pele, ainda eram considerados pagãos.

As epidemias, a mortalidade ligada ao trabalho forçado e ruptura da economia de subsistência indígena tradicional, fuga de tribos inteiras mais para o interior, acabaram por inviabilizar uma plantation açucareira baseada principalmente no trabalho dos índios, seja escravo, seja livre em teoria, sob compulsão na imensa maioria dos casos. Assim, as primeiras décadas do século XVII viram a transição ao predomínio da escravidão negra (CARDOSO, 1990, p.89).

Segundo Batista e Carvalho (2009, p.04) “os negros trazidos para o Brasil para serem escravizados, tinham origem das regiões de Angola e de Costa da Mina. Os provenientes da Costa da Mina se destinaram em especial à Bahia, enquanto que os que vieram de Angola foram localizados na região do Rio de Janeiro”.

Vale salientar que a escravidão na África não surge com a chegada dos europeus, ela apenas tem uma outra motivação, pois a escravidão sempre existiu, porém uma pessoa se tornava escravo por dívidas ou quando se tornava um prisioneiro de guerra, mas com a chegada dos europeus isso se torna um verdadeiro comércio.

O processo pelo qual os portugueses adquiriam os escravos consistia em uma troca por materiais dos mais diversos possíveis. O negro era capturado, muitas vezes por chefes locais e estes trocavam esses escravos com o português, por tecidos, armamentos e por aguardente brasileira.

As negociações envolviam várias etapas, eram lentas e com gestos cheios de significados simbólicos. Os navios tinham que pagar taxas de ancoragem, e os capitães ofereciam presentes para os chefes locais ou 5 para os representantes dos reis, que moraram no interior do continente. Estes geralmente eram presenteados com tecidos finos, como brocados, veludos e sedas, com botas de couro, chapéus emplumados, casacos agaloados, punhais e espadas trabalhadas, pipas de bebidas destiladas, cavalos e uma variedade de produtos que indicavam prestígio (SOUZA, 2008, p. 59).

Após serem capturados os que fossem vendidos eram acorrentados uns aos outros e levados ao porto, muitas vezes a base de açoites. Chegando no porto eles eram embarcados ainda acorrentados em porões das embarcações.

Empilhados nos porões, recebendo poucas rações de comida e de água, era natural que o morticínio fosse acentuado. Perdia-se, invariavelmente, 10% da carga, na melhor das hipóteses, e casos houve em que morreu a metade dos indivíduos transportados. Amontoados no porão, quando o navio jogava, a massa de corpos negros agitava-se como um formigueiro, para beber um pouco desse ar lúgubre que se escoava pela estilha gradeada de ferro (MACEDO, apud. MARTINS, 1974, p. 29).

Ao chegarem ao seu destino final eram separados em lotes para que fossem vendidos no mercado. Ao desembarcar os negros eram levados para tomar banho e depois recebiam umas roupas de tecidos grosseiros, depois

voltavam ao mercado onde eram inspecionados pelos compradores. Os negros que contraíam alguma doença durante a viagem, pela forma degradante pela qual eram transportados, mas que mesmo assim conseguiam resistir eram levados a locais onde seriam tratados até que pudessem retornar ao mercado e ser comercializado. O comércio de escravos era tão lucrativo que existia pessoas que não tinha dinheiro para comprar um negro saudável acabavam comprando os doentes e cuidavam até que eles se recuperassem e pudessem ser vendidos novamente no mercado a um preço bem mais elevado.

O preço dos escravos era definido pelo sexo, idade e especialização, mas dependia, sobretudo, de sua condição física. O destino dessas peças estava nas mãos dos senhores, que podiam alugar, vender, hipotecar, segurar ou penhorar suas novas propriedades. O preço dos escravos variou muito durante os quatro séculos de sua comercialização. Após o final do tráfico, em 1850, o valor dos cativos dobrou, quase inviabilizando a sua utilização. Um escravo homem e adultos podia valer mais do que uma casa na cidade ou três toneladas de café (MOURA, 1996, p.23).

A avaliação dos compradores era muito criteriosa, pois eles apalpavam os músculos, a barriga para ver se tinha alguma doença, abriam a boca para examinar os dentes. Isso representava mais uma violência, pois o corpo era invadido pelo traficante de escravos e pelos proprietários escravocratas. As negras africanas escravizadas eram quase sempre estupradas e usadas para satisfazer os prazeres de seus senhores, pois uma vez comprado esse direito de posse sobre esses escravos garantia-lhes o direito de fazer o que quisesse com os mesmos.

Quando se tratava de mulher, os seios eram bem examinados pois poderia vir a servir como ama de leite e bem assim as nádegas. Tinha-se interesse em negras do traseiro grande, bem servido de carnes, porque isso era – diziam – indicio de força, saúde e qualidade de boa parideira, capaz de dar novos escravos ao senhor (MACEDO, 1974, p. 32).

O destino desses negros escravizados variava muito dependendo de seus senhores. Aqueles que eram comprados para as atividades domésticas tinham mais “privilégios” do que os que trabalhavam nas lavouras, logo estes tinham uma maior expectativa de vida se comparado aos que trabalhavam principalmente no cultivo da cana de açúcar.

Os escravizados africanos não se destinavam a uma só região, com isso os traficantes tinham um certo cuidado de nunca deixar juntos parentes ou negros vindos da mesma região para evitar a comunicação entre eles, evitando assim revoltas ou rebeliões.

Nas fazendas os negros eram submetidos a todos os tipos de castigos físicos, o açoite era o principal deles. As cargas horárias de trabalho exaustivas e os maus tratos ao qual eram submetidos os negros faziam com que muitos deles tentassem o suicídio, que poderia ser de diversas formas. Uma das formas era o afogamento, nessa prática eles acreditavam também libertar suas almas, outra era o banzo, que era quando os negros se deixavam definhar. Alguns na tentativa de tirar sua própria vida passavam a comer todos os dias uma quantidade de terra para que pudessem morrer aos poucos. Com isso os senhores passaram a obrigar esses negros que tentavam o suicídio a usar uma máscara conhecida, como máscara de Flandres.

Conforme escreve Moura: “A escrava Anastácia permanece na memória popular como uma mulher que, ao reagir ao cativo, foi obrigada a usar permanentemente uma dessas máscaras.” (MOURA, 1996, p. 22).

Porém não foram todos os negros que aceitaram essa condição de escravos, muitos foram os negros que buscaram resistir de várias formas a escravidão. As fugas dos negros quase sempre dava errado, pois eles não tinham assim como os indígenas um vasto conhecimento do território. Porém cada vez mais aumentava o número de negros que se rebelavam contra as crueldades de seus senhores.

Durante revoltas e a guerra contra os Holandeses que muitas vezes resultavam na destruição de fazendas, com isso possibilitando a fuga de negros. Possibilitou a criação de quilombos que consistiam em lugares em que os negros buscavam refúgio, mas os quilombos não abrigavam apenas negros, mas também indígenas e brancos que tinha cometido algum crime e que eram perseguidos. O conceito de quilombo durante muito tempo foi usado para designar um local que abrigava foras da lei. Porém esse termo tem ganhando novos significados como discutiremos no decorrer dos capítulos.

Quilombo era, segunda definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de

dezembro de 1740, toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles (MOURA, 2021, p. 23).

Segundo MOURA (2021, p. 24,25) “a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflitos social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos”. Não era incomum negros, indígenas e brancos empobrecidos inconformados com a organização social imposta pelo colonizador, buscar os quilombos como um meio de resistir.

Um dos maiores quilombos da história da resistência negras no Brasil foi o quilombo dos Palmares, localizado a época na Capitania de Pernambuco, abrangendo áreas do estado de Alagoas, na cidade de União dos Palmares e áreas adjacentes.

A distribuição das principais cidades do espaço físico de Palmares: a dezesseis léguas de Porto Calvo ficava o quilombo de Zumbi; a cinco léguas mais ao norte, o mocambo de Acotirene; a leste destes, dois mocambos chamados das Tabocas; a catorze léguas a noroeste dos das Tabocas, o de Dambrabenga; a oito léguas mais ao norte, a “cerca” de Subupira; a seis léguas mais ao norte, “a cerca real do Macaco” (capital da República); a cinco léguas a oeste, o mocambo de Osenga; a nove léguas de Serinharen, para nordeste, a “cerca” de Amaro; a 25 léguas de Alagoas, para noroeste, o “palmar” de Andalaquituche, irmão de Zumbi; a 25 léguas a noroeste de Porto Calvo, o mocambo de Aqualtune, mãe do rei, afora outros, espalhados em seu território (MOURA, 2021, p. 53-54).

Palmares se tornou um grande refúgio para os escravos que fugiam dos engenhos nas capitanias da Bahia e Pernambuco. Ao longo da sua existência, registrou-se mais de 20 mil habitantes quilombolas.

Palmares nasceu com o perfil africano e com gentes brasis: índios, negros, brancos e mestiços. A riqueza da obra está mais no projeto social que ela nos oferece e menos na capacidade bélica e militar de Palmares e seus líderes, Ganga-Zumba e Zumbi. Em Alagoas, terra onde os organizadores e lideranças palmarinas, Aqualtune, Ganga-Zumba, Zumbi e outros fixaram a Capital Cacus, atual Serra da Barriga, desde os anos oitenta se presta homenagem a Zumbi e celebram as conquistas de todos os quilombolas que foram assassinados pelo comandante do exército português Bernardo Vieira de Melo e Domingos Jorge Velho [...], tendo na figura de Zumbi dos Palmares a personalidade mais emblemática da história do

negro. Para Zumbi o ideal de liberdade e a capacidade de organização eram os princípios fundamentais para uma convivência com respeito às diferenças (ARAÚJO, 2004).

Os quilombos passaram a ser uma das maiores ameaças ao projeto colonizador, pois os negros passaram a aterrorizar os fazendeiros, não eram raros os ataques as fazendas empreendidos pelos negro, os fazendeiros pediam ajuda a metrópole para conseguir combater-lo porém nem sempre seus pedidos eram atendidos, mas a metrópole criou várias maneiras de punir os negros fugidos, dentre elas o ato de ferrar o negro que foi capturado a ferro de fogo.

A Metrópole não se conformava com aquilo que considerava um insulto à sua autoridade. Toma providências. Em 1741, mandará que seja rigorosamente cumprido o alvará de 7 de março daquele ano onde se manda ferrar (ferro em brasa) com um F na testa (Fujão) todo negro que fugisse e fosse encontrado em quilombo, e cortar uma orelha em caso de reincidência (MOURA, 2021, p. 30).

Os portugueses organizavam grandes expedições para capturar os negros fugidos, essas ficaram conhecidas como entradas. O chefe dessas entrada recebia seu pagamento quando devolvia o escravo ao seu dono ou recebia partes das terras conquistadas, o que nos faz entender que o interesse maior não era só em capturar os negros, mais sim em conquistar terras e as riquezas que ela possuía como por exemplo os minérios.

Os quilombos não foram as únicas formas de resistência negra, a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, Província da Bahia, na noite de 24 de janeiro de 1835, durante o Brasil Império, mais precisamente durante o Período Regencial (1831 a 1840), representou uma rápida rebelião organizada pelos escravos de origem islâmica (sobretudo das etnias hauçá e nagô), os quais buscavam principalmente a liberdade religiosa, contudo foi reprimida pelas tropas imperiais.

A revolta envolveu cerca de 600 homens, o que parece pouco, mas esse número equivale a 24 mil pessoas nos dias de hoje. Os rebeldes tinham planejado o levante para acontecer nas primeiras horas da manhã do dia 25, mas foram denunciados. Uma patrulha chegou a uma casa na ladeira da Praça onde estava reunido um grupo de rebeldes. Ao tentar forçar a porta para entrarem, os soldados foram surpreendidos com a repentina saída de cerca de sessenta guerreiros africanos. Uma pequena batalha aconteceu na ladeira da Praça, e em

seguida os rebeldes se dirigiram à Câmara Municipal, que funcionava no mesmo local onde funciona ainda hoje (REIS, 2003, p.107).

Apesar de terem sido duramente reprimido esses levantes impulsionaram vários outros que ocorreram ao longo da história. Os quilombos eram uma verdadeira afronta para os colonizadores, pois sua forma de organização social era totalmente diferente da organização social dos europeus. A organização social e política refletia os princípios, valores, costumes, tradições e religiões de um Estado africano, com estrutura, organização, hierarquia e socialização.

Nos quilombos era permitido por exemplo as mulheres assumirem um papel de liderança, tendo uma maior liberdade e participação política, contrariando todos os ideais machistas da sociedade europeia da época em que educava as mulheres para serem boas donas de casa, cuidar dos filhos e obedecer piamente seus maridos.

Nos quilombos existia grandes figuras femininas que ganharam destaque no que diz respeito ao papel que desempenharam durante os anos de resistência e luta pela liberdade. Aquilune princesa Africana escravizada no Brasil que organizou Palmares e onde Dandara, esposa de Zumbi, lutou ao seu lado contra o sistema escravocrata. A trajetória de Aquilune e Dandara as elevou, igualmente, a símbolo de resistência negra e de representatividade feminina no movimento negro.

A prática do tráfico negreiro perdurou no Brasil até segunda metade do século XIX, pois a partir da década de 1870, a sociedade brasileira e o Exército começaram a diminuir o apoio ao sistema escravagista, além disso em 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre, lei que dava liberdade a cada criança nascida de mãe escravizada. Situação essa agravada pela proibição do tráfico negreiro em 1850 por meio da Lei Eusébio de Queiroz.

Diante de toda a trajetória aqui apresentada compreendemos que a estrutura fundiária brasileira tem raízes, no período de colonização. Para que possamos entender tudo isso faz-se necessário compreendermos o modelo de colonização desenvolvido no Brasil uma colonização que consiste em explorar todos os recursos naturais e minerais para levar para metrópole, neste caso Portugal.

[...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 31-32).

Como vimos o território brasileiro foi dividido por meio das sesmarias, constituindo, assim, os grandes latifúndios nas mãos de uma minoria de pessoas, porém em 1820, o regime de sesmarias foi extinto. Entre 1820 e 1850, as terras passaram a ser ocupadas com base no sistema de posse, aumentando assim o número de pequenas propriedades rurais.

Com o estabelecimento da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de terras, que modificou os critérios para o acesso à terra. Ela determinava que o acesso à propriedade de terra só seria concedida por meio da compra – o que impedia que os escravos libertos e os posseiros tivessem acesso à terra, pois não tinham recursos para comprá-la.

De acordo com Martins (1998, p. 32) “a renda capitalizada no escravo transforma-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”.

Em 1885 foi promulgada a Lei dos Sexagenários, na qual todo escravo com mais de 65 anos seria liberto. E por fim em 13 de maio de 1888, ocorreu a abolição definitiva da escravidão através da Lei Áurea.

Apesar de todas essas leis que foram aprovadas os negros sempre ficaram excluídos de todos os benefícios nelas previstos, pois nunca ou quase nunca essas foram cumpridas efetivamente. Quando foi aprovada a Lei de Terras 1850, os negros não puderam adquiri-las, pois ainda eram escravos, e mesmo quando libertos após a lei 1888, que abolia a escravidão no Brasil, continuaram excluídos, pois a lei não previa nenhuma compensação, nem lhes garantia o mínimo para que pudessem viver dignamente.

As mudanças ocorridas com a abolição da escravatura não representaram, pois, mera transformação na condição jurídica do trabalhador; elas implicaram transformação do próprio trabalhador. Sem isso não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica. Enquanto o trabalho escravo

se baseava na vontade do senhor, o trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois se o primeiro assumia previamente a forma de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital. Por essas razões, a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, isto é, em termos de substituição física do negro pelo imigrante. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador (MARTINS, 1998, p. 17-18).

A Lei de Terras, portanto, contribuiu para a manutenção da estrutura agrária concentrada, com produção voltada à monocultura para exportação ou retida especulativamente. Em resumo, essa lei forneceu aos grandes proprietários o recurso legal necessário para garantir a permanência de grandes propriedades sob seu poder.

Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. Uma segunda característica estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra. Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à Coroa (STEDILE, 2012, p. 24-25).

Com a promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil 1888, cerca de 2 milhões de pessoas escravizadas se tornaram libertas. Sem condições de comprar terras, deixam o campo em busca de trabalho nas cidades, porém essa população teve que ocupar as áreas mais improdutivas e desvalorizadas, como manguezais e terrenos íngremes dos morros, dando início ao processo de ocupação espacial que deu lugar as primeiras comunidades.

Esta situação de negação do acesso à terra a essas pessoas que não tem recursos para obtê-las por meio da compra, fez com que se tenha essa configuração do espaço agrário brasileiro, muito concentrado e com um modelo de produção de monoculturas para a exportação do qual herdamos até hoje. O Estado tem seu papel nessa configuração atual, pois vem sendo omissivo, e vem se negando a fazer uma reforma agrária. Com isso as tensões no campo

tendem a se intensificar com o passar dos anos, e para esses quilombolas só lhe resta vender sua força de trabalho.

A luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo (FERNANDES, 2000, p. 125).

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO QUILOMBOLA

O modelo produtivo adotado pelo Brasil desde o período colonial e intensificado a partir de 1970, com a Revolução Verde, baseada na produção de commodities tem ameaçado a segurança alimentar da população, pois segundo a dados da Organização das Nações Unidas para alimentação e a Agricultura (FAO), 70% dos alimentos que chegam a nossa mesa vem dessa agricultura desenvolvida em minifúndio com mão de obra familiar que desenvolve uma plantação de policultura.

Quando não expropriados e expulsos das suas terras, por intermédio de fraudes e grilagens os pequenos produtores acabam por produzir de acordo com as demandas do mercado, a renda da terra é apropriada pelo capitalista ou mantém-se as velhas formas de exploração, continuam servindo de mão-de-obra barata sendo expostos a relações de trabalho degradantes e escravas.

Nesse contexto, um movimento popular de reivindicação do direito à terra foi organizado, por meio das Ligas Camponesas, que mobiliza os trabalhadores rurais pela mudança da política agrária brasileira.

Segundo Montenegro (2004) as primeiras Ligas Camponesas foram organizadas na década de 1940 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que mobilizou trabalhadores rurais em pequenos grupos. Na década de 1950, a sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) foi fundada no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão. Essa associação, que representava 140 famílias arrendatárias da terra esgotadas para o plantio de

cana-de-açúcar, foi pioneira na luta dos camponeses pela transformação da estrutura fundiária do Brasil. Antes do golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas somavam mais de 70 mil afiliados. Entretanto com o ascensão do governo militar o movimento foi desarticulado, os trabalhadores rurais perseguidos e criminalizados.

Nesse contexto, os trabalhadores rurais se articularam principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas a uma corrente progressista da Igreja Católica. Em 1975 foi fundada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se dedicava à defesa dos camponeses e dos trabalhadores pobres da Agroindústria. Apesar de sua ligação a igreja Católica, desde o princípio a CPT caracterizou-se pelo ecumenismo, ou seja, pela acolhida a pessoas de diferentes visões religiosas. A partir desses movimentos foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que considerado um dos movimentos mais sólidos na luta por uma reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu em 1980 com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores rurais, da agricultura familiar e da promoção da reforma agrária, em contraposição ao modelo do Agronegócios (MST, 2006). Nesse processo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) exerceu um papel fundamental, já que por ter um caráter ecumênico e penetração nacional, permitiu a aglutinação de sujeitos envolvidos na luta pela terra, possibilitando a formação do MST enquanto um movimento de caráter nacional, amplo e unificado e não fragmentado em diversos movimentos menores. (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Após o fim do governo militar, 1985, a reforma agrária se manteve como pauta de reivindicação de diversos movimentos sociais, e foi projeto de alguns governos federais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, tratou da questão da terra no Brasil, estabelecendo que deveria ser cumprida uma função social da propriedade rural. Com isso deu a base jurídica necessária para que os movimentos reivindicassem a posse de terras que não estão cumprindo essa função social.

No que concerne ao quilombolas, esses povos herdaram essa luta ancestral pela terra que por muito tempo lhes foi negada, após a publicação do

Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dos Artigos 215 e 216 da Constituição da República de 1988. Por esse artigo dar bases legais para a titulação das terras quilombolas, trouxe uma maior força para os movimentos negros de luta pela terra e território quilombola.

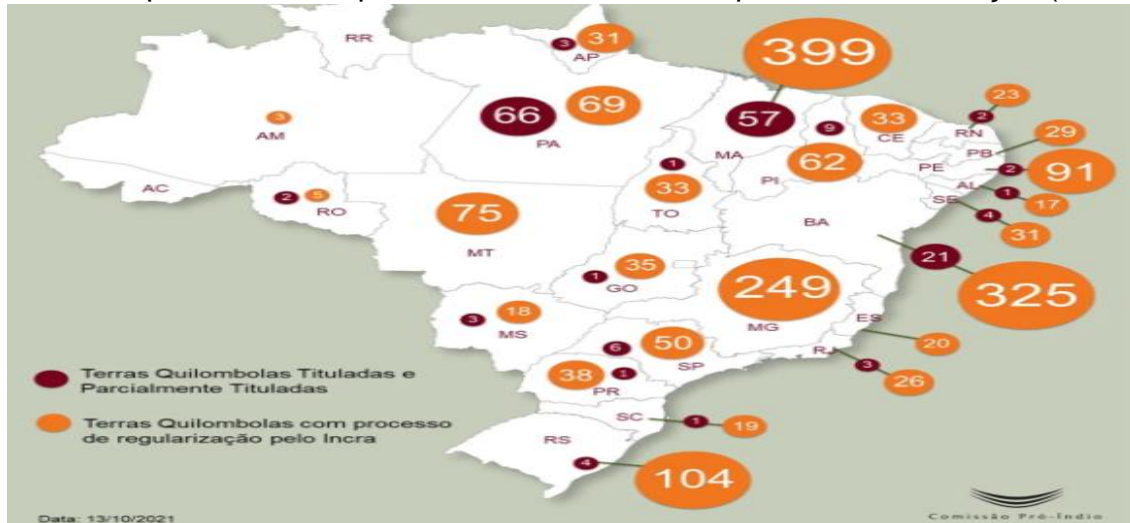
Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:
“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”
(BRASIL, 1988).

Apesar desse artigo assegurar que cabe ao Estado reconhecer e emitir-lhes os títulos de suas terras não são raras as perdas de território quilombola como afirma Oliveira e D’abadia (2015, p.258).

Os remanescentes de quilombolas de ambientes rurais vivenciam dificuldades relacionadas à manutenção de seu território, haja vista que grande parte dessas comunidades já teve perda brusca de hectares via procedimentos ilegais [grilagem de terras], avanço de obras urbanas sem respeito às suas áreas territoriais (OLIVEIRA e D’ABADIA, 2015, p. 258).

Segundo o Observatório de Terras Quilombolas da Comissão Pró-Índio de São Paulo, têm 1.779 terras com processo aberto no INCRA. Onde no ano de 2020, cinco relatórios de Identificação foram publicados e uma terra foi declarada e nenhum decreto de desapropriação foi publicado. Ainda segundo a comissão 191 terras são tituladas, destas 147, foram tituladas pelos governos estaduais, 39 delas pelo governo federal e 04 delas pelos governos estaduais e federal.

Mapa 01: Terras quilombolas tituladas e em processo de titulação (2021)



Fonte: Comissão Pró-Índio São Paulo, 2021. Organização: Dalvan Santos, 2021.

Segundo o Relatório de Conflitos no campo publicado pela CPT, os dados relativo aos dados de 2019 apresentava um aumento de 26% comparado com os dados de 2018 (de 1.000 ocorrências passou-se para 1.260). Em 2020, o aumento foi de 25%.

Gráfico 1: Comparação dos conflitos no campo no Brasil (2011-2020)



Fonte: CPT (2020, p.22). Organização: Dalvan Santos, 2021.

Os dados gerais de conflitos no campo mostram que o número de ocorrências passou de 1.903 em 2019, para 2.054 em 2020, um aumento de 8%. Esse é o maior número de ocorrências de conflitos no campo já registrado

pela CPT, desde 1985. O número de pessoas envolvidas nesses conflitos passou de 898.635, em 2019, para 914.144, em 2020, um aumento de quase 2%.

A CPT documentou e sistematizou, também, 1.576 ocorrências de conflitos por terra em 2020, o maior número desde 1985, quando o relatório começou a ser publicado, 25% superior a 2019 e 57,6% a 2018. Esses conflitos envolveram 171.625 famílias. Os dados são ainda mais assustadores quando analisados apenas os números referentes aos povos indígenas no Brasil nesse tipo de conflito: 656 ocorrências (41,6% do total), com 96.931 famílias (56,5%).

Os registros da CPT confirmam a análise da prof. Patrícia ao identificar, na esteira dos ataques promovidos pelos referidos agentes, os principais tipos de violência por eles cometidos em 2020: “invasão”, “grilagem” e “desmatamento ilegal”. Foram vitimadas por invasão 81.225 famílias, das quais 58.327 são indígenas (72%); 19.489 sofreram grilagem (37% indígenas); e 25.559, desmatamento ilegal 60% indígenas. (CPT, 2020, P.09).

Gráfico 2: Evolução de assassinatos relativos a conflitos no campo (2011-2020).



Fonte: CPT (2020, p.22). Organização: Dalvan Santos, 2021.

Segundo os dados acima apresentados podemos perceber que o número de assassinatos por conflitos no campo foram mais intensos nos anos

de 2015 a 2017, porém podemos ver que esses são os que são registrados, pois são muitos os assassinatos que ocorrem e são classificados com outra motivação.

Segundo dados da CONAQ, o ano de 2017 foi um dos anos mais violentos para as comunidade quilombolas do Brasil. Os dados levantam que somente de 2016 para 2017 houve um aumento de cerca de 350% nos assassinatos de quilombolas. No Relatório Conflitos da CPT (2020, p. 104), “em dez anos, 446 mulheres foram ameaçadas de morte sendo 60 delas mulheres quilombolas.

As comunidades quilombolas sofrem com as dificuldades enfrentadas para obter o título de suas terras junto ao Estado e órgão competentes, pois existem processos que se arrastam por anos enquanto as comunidades são vítimas da invasão de seus territórios por fazendeiro e grileiros. Diante disso podemos perceber que a resistência daqueles que lutam pela terra não se encerra com a sua conquista, ela é fortalecida e continua em virtude das dificuldades encontradas para permanecer no campo se opondo ao interesses do capital .Os remanescentes quilombolas herdaram a trajetória negra de exclusão, desigualdades e expropriação sendo destinados a uma cidadania inferiorizada e obrigados a buscar meios de resistência e enfrentamento as dificuldades de efetivação do seu direito territorial institucionalmente reconhecido.

2.DESAFIOS PARA REPRODUÇÃO DO MODO DE VIDA QUILOMBOLA NA COMUNIDADE DE CABOCLO

2.1Território e territorialidade Quilombola

São muitos os debates acerca do conceito de território, o território é uma categoria que pode ser estudada a partir de alguns ângulos. Com isso nos propomos aqui a discutir esse conceito a partir do olhar da ciência geográfica, tendo em vista que este não é um conceito apenas trabalhado na geografia, várias outras ciências se propõe a discutir o mesmo. Na ciência geográfica existem algumas diferentes abordagens que serão a mencionadas a seguir.

Conforme Claude Raffestin (1993, p. 143), “território é uma produção a partir do espaço, resultado de uma ação conduzida por ator sintagmático”. Na

sua leitura o autor deixa claro que o espaço precede o território, pois para ele o território é resultado da interação do ator com o espaço.

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc" (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Segundo Haesbaert (2007), "[...] desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterritor (terror, terrorizar)".

Para o autor, o território não está desvinculado de sua origem que quer dizer a posse da terra, mas passa a ser criado e dotado de uma "carga cultural", isto é, diz respeito tanto ao poder num sentido de dominação, quanto num sentido mais simbólico, de apropriação. Deste modo podemos entender o território não apenas com um espaço onde o povo exerce o poder, mas também, como um lugar onde se cria e se desenvolve uma identidade cultural da qual unem um povo.

A apropriação (com o sentido de uso e não propriedade) decorre da relação de um grupo que modifica um espaço natural para servir às suas necessidades e possibilidades, apropriação que também implica "em tempos e tempos, em ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática" (LEFÉBVRE, 1986, p. 411-412).

Segundo Haesbaert (2004), "é necessário se considerar também o aspecto "funcional" do território como parte integrante da realidade cotidiana". Sobre essa definição de território Marcos Aurélio Saquet (2007) apresenta importantes reflexões. Para ele,

[...] no território, há temporalidades e territorialidades, discontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. O território, [...] é espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdo. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material (SAQUET, 2007, p. 73).

Estes autores compreendem o território enquanto resultante do processo de apropriação simbólica e material do espaço pelos diversos agentes sociais:

indivíduo, empresas, grupos sociais, instituições e não somente pelo domínio estatal e das classes dominantes. Com isso podemos perceber que território é ao mesmo tempo um instrumento de poder político e um espaço de identidade cultural.

Consideramos a abordagem conceitual de território e territorialidade em Haesbaert pertinente ao território aqui estudado diante de que a terra nas comunidades remanescentes quilombolas assume dupla funcionalidade: reprodução material e reconstrução identitária.

A terra – o terreiro – não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que tem os registros da história, da experiência pessoal e coletivo do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente (ANJOS, 2006, p.49 apud FIABANI, 2007, p. 5).

Partindo do conceito de território e territorialidade, proposto por Haesbaert, nós podemos perceber que o modo de ocupação, reprodução de vida nas comunidades quilombolas, pautadas na luta para um uso coletivo do território, respeitando os saberes e regras ancestrais de uso do mesmo faz com que o território deixe de ser apenas um mero espaço, onde o povo exercesse poder e passe a ser um local dotado de valores simbólicos essenciais para a formação indenitária dessa população quilombola.

Estes grupos se territorializam e constroem suas identidades mediante a luta pelo direito ao uso coletivo e autônomo da terra tendo por unidade a produção familiar. Como instrumento político de luta ampara-se no resgate da cultura e na resistência a um modo de produção tradicional, com técnicas particulares e tecnologias simples, contrário à produção capitalista baseada na mais-valia. Portanto, a luta pela terra nas comunidades tradicionais tem dentre outras características a reafirmação de seus valores tradicionais e étnicos, por isso é tão importante a transmissão às gerações futuras.

O que significa que estão intrínsecas ao território quilombola as relações coletivas de pertencimento. A terra nesta perspectiva é sinônimo de espaço comum e tem dupla importância: valor de uso (fonte de recursos a sua sobrevivência e abrigo); e valor afetivo (símbolo da resistência negra e manutenção cultural).

É a partir desta perspectiva que nos propomos entender e estudar o território quilombola, vendo o território como um modo de reprodução de vida e

de saberes ancestrais essenciais para a preservação da identidade desse povo.

Como foi discutido no capítulo anterior, de acordo com Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, para garantir o título da terra, os remanescentes quilombolas precisam estar ocupando-as sendo reconhecida a propriedade, e confere ao Estado o dever de emitir os títulos. Desde 2003, pelo Decreto 4.887, foram regulamentados os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas e seus respectivos responsáveis administrativos e competência. Nos termos desse decreto foi incluído, para a caracterização de remanescentes quilombolas o critério de auto definição da comunidade.

Com isso muitas comunidades vêm lutando pela titulação de suas terras, para que se tenha de fato seus direitos garantidos e possa ter o seu modo de vida assegurado para as futuras gerações.

2.2 OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO E CONTINUIDADE DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Nesse subcapítulo, nos propomos a apresentar a pesquisa de campo, e os desafios enfrentados pela comunidade de Caboclo para a consolidação e continuidade do território quilombola, diante da falta de acesso à terra. Nesse sentido buscamos analisar o quanto esse não acesso à terra pode provocar consequências na vida dessa população, provocando a migração sazonal de uma grande parte da população em busca de trabalho. Diante disso buscamos analisar o quanto isso pode contribuir para a negação ou afirmação da identidade e territorialidade quilombola.

A aplicação dos questionários ocorreu no período de 18 a 20 de outubro de 2021, a escolha das pessoas se deu de maneira aleatória, onde foram entrevistadas 15 pessoas, sendo 09 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Foram entrevistados pessoas de uma faixa etária de 17 aos 75 anos.

O questionário tem como objetivo identificar: a) o perfil socioeconômico das famílias da comunidade, b) o acesso à terra, c) aspectos referentes ao

abastecimento de água e esgotamento doméstico, d) como o artesanato contribui na renda da população e na territorialidade.

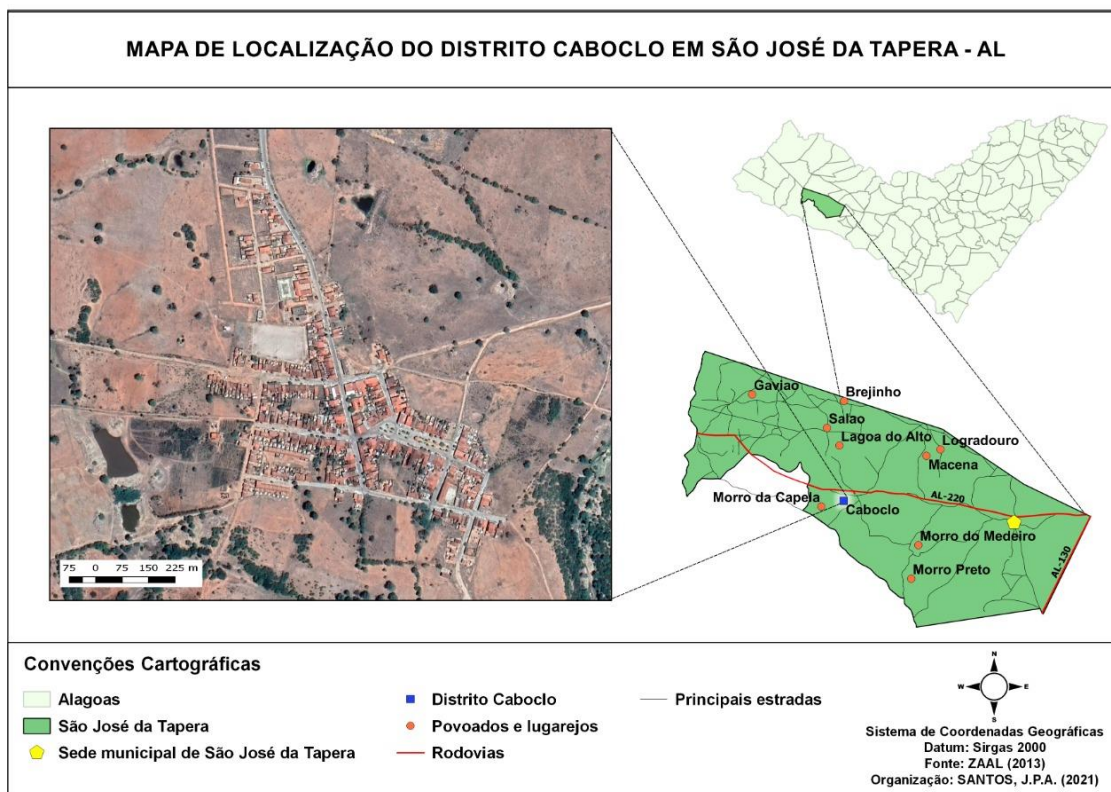
A Comunidade Quilombola Caboclo localiza-se a aproximadamente 15 km do centro urbano do município de São José da Tapera, estado de Alagoas. Localizada na mesorregião do sertão é uma das 68 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares em Alagoas, distante 235 Km da capital Maceió. A comunidade tem várias vias de acesso, onde a principal delas é pela AL-220, pois a mesma fica as margens da rodovia.

Figura 1: Entrada da comunidade Quilombola Caboclo



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

Mapa 02: Localização da Comunidade Caboclo- São José da Tapera – AL



Elaboração do mapa: João Pedro, 2021.

A população de Caboclo é estimada em 855 pessoas segundo os dados do IBGE no Censo 2010, das quais 431 são mulheres, que corresponde a 50,8% da população, e 417 são homens, correspondendo a 49,2% da população, formada basicamente por familiares. Ainda pelos dados do IBGE, Censo 2010, existem 267 domicílios particulares e coletivos no povoado. O povoado Caboclo está localizado na zona rural de São José da Tapera; próximo dele existem outros povoados (Cacimba do Barro, Furnas, Palestina, Passagem do Roque, Suçuarana e Brejinho) e mais de 16 sítios em seu entorno, as rotas de acesso entre esses povoados são as estradas vicinais. O deslocamento por essas estradas nem sempre é fácil conduzir, principalmente nos períodos de chuvas. São diversas partes baixas com riachos, na época das cheias a estrada é costumeiramente total ou parcialmente inundada. A parte central do povoado é formada por um conjunto de moradias, onde se encontram as igrejas, as duas escolas, os estabelecimentos comerciais, posto de saúde. Nessa área fica a maior concentração de casas. O povoado é

rodeado por várias roças, nas quais os moradores realizam suas atividades agrícolas.

Figura 2: Igreja da Comunidade



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

Figura 3: Escola Municipal da Comunidade



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

Figura 4: Escola Estadual da Comunidade.



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

Não se sabe da existência de registro documental sobre a origem da comunidade. Sua história é construída através das narrativas e memória coletiva dos seus habitantes, como seu José da Barra e seu Josino Rodrigues da Barra, já falecidos mas que durante o processo de reconhecimento da comunidade sua memória oral contribuiu muito.

Uma das histórias do seu Josino Rodrigues da Barra era que os primeiros moradores de Caboclo, teriam desembarcado em um navio negreiro na cidade de Penedo –AL, com destino a uma fazenda naquela região, porém eles tinham conseguido fugir, seguindo as margens do rio São Francisco, chegaram ao povoado de Entremontes em Piranhas-AL, se estabeleceram, e anos depois as famílias foram migrando e chegando a região de Caboclo na cidade São José da Tapera- AL.

A partir do trabalho de campo podemos concluir que foram essas histórias que despertaram na população o desejo de pleitear o seu reconhecimento junto a Fundação Palmares. Além das histórias, vários traços como o modo de vida pautado em saberes ancestrais, misturados a outros elementos culturais fizeram com que uma grande parte da população buscassem o reconhecimento. Uma das líderes comunitárias que mobilizou e organizou a população para lutar pelo reconhecimento foi a dona Valdirene Maria da Silva.

A dona Valdirene Maria da Silva, acredita na sua descendência direta tomando por referência relatos que afirmam que o seu bisavô conhecido Manoel Carreiro, era escravo que tinha fugido de um navio em Pernambuco, e que sua bisavó esposa de seu Manoel Carreiro, era indígena capturada na mata pelo colonizador. Em seu relato ela diz que o colonizador tinha arrancado todos os dentes da sua bisavó, como uma forma de punição pela resistências da mesma. Desde então, Dona Valdirene é importante liderança da comunidade, responsável por ampliar a auto identificação dos seus membros e o resgate dos valores ancestrais já esquecidos.

Segundo a senhora Valdirene da Silva, líder da comunidade de Caboclo, no dia 07 de junho de 2009, foi feita a reunião que tratava das questões relacionadas ao processo de reconhecimento como comunidade quilombola.

Na reunião estavam presente diversas pessoas representando a comunidade Caboclo, também estavam presentes dois representantes do ITERAL, a senhora Berenita Maria, gerente do Núcleo de Quilombolas do ITERAL, e a senhora Sandreana Mello, sendo essa responsável pelo registro áudio/visual do mapeamento etnográfico de comunidades rurais de Alagoas, e outros convidados, representando a comunidade Caboclo. Essa reunião teve como pauta principal “o processo de identificação quilombola e sua auto definição enquanto remanescente quilombola”. Nesse dia foi feito o pedido de certificação junta a Fundação Cultural Palmares. Foi apresentada durante a reunião a importância desse processo para a comunidade e os direitos que essas comunidades certificadas possuem enquanto comunidades tradicionais, como direito à terra e as garantias ligadas à sobrevivência humana por terem um tratamento diferenciado e preferencial diante das políticas públicas.

Segundo a senhora Valdirene quarenta pessoas votaram a favor para se começar o processo de reconhecimento da auto definição como comunidade quilombola, a ata de reunião e de declaração foi assinada por quarenta e uma pessoas. Em 05 de agosto de 2009, foi encaminhado pelo ITERAL à Fundação Cultural Palmares a ata da assembleia realizada na comunidade Caboclo. No dia 24 de agosto há o pedido por parte da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, junto a Fundação Cultural Palmares para que se dê a abertura de processo administrativo para emissão de certificação de Auto identidade como comunidade remanescente de quilombo.

No dia 06 de outubro de 2009, foi expedida a CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO. A Fundação Palmares certifica a Comunidade de Caboclo como remanescente quilombola, localizada no município de São José da Tapera/AL, publicada no Diário Oficial da União n. 228 de 28 de novembro de 2007.

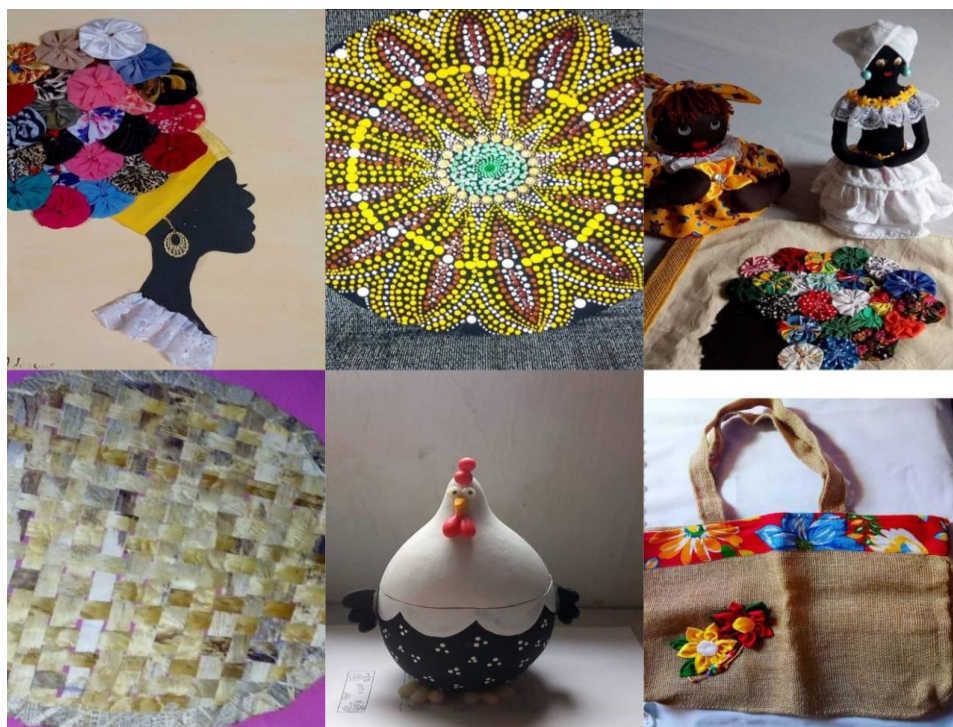
No ano de 2014 a comunidade formalizou o pedido para a titulação da terra por meio do processo de nº 54360.000220-2014-87, porém segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), até o dia 23/ 06/ 2021 quando foi feita a última atualização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em seu site, o processo continua em aberto com status de não titulada. Com isso podemos perceber que o que foi mencionado durante o primeiro capítulo sobre a omissão e demora do Estado para resolver e titular essas terras é algo muito comum e que a Comunidade de Caboclo é um belo exemplo disso. Diante disso a população, sem acesso à terra, sem possibilidade de produzir para sua subsistência acaba tendo que vender sua força de trabalho fora da comunidade.

Segundo o Observatório de Terras Quilombolas da Comissão Pró-Índio de São Paulo, tem 1.779 terras com processo aberto no INCRA. Onde no ano de 2020, cinco relatórios de Identificação foram publicados e uma terra foi declarada e nenhum decreto de desapropriação foi publicado. Ainda segundo a comissão 191 terras são tituladas, destas 147, foram tituladas pelos governos estaduais, 39 delas pelo governo federal e 04 delas pelos governos estaduais e federal.

O artesanato aparece na comunidade como principal elemento cultural tradicional de fortalecimento dessa identidade. O trabalho é desenvolvido principalmente na coletividade, por um grupo de mulheres. Um dos maiores desafios é conseguir manter o grupo, tendo em vista a dificuldade para transportar seus artesanatos para serem vendidos nas feiras regionais e de outros estados, assim gerando renda para o grupo. A comunidade ainda não tem uma sede para a associação, por isso o artesanato é produzido nas próprias casas dos membros do grupo. A comunidade vem buscando conseguir recursos para a construção da sua sede na comunidade com recursos próprios e mobilização coletiva e com apoio do governo municipal, porém até o momento esse apoio não foi dado.

O processo de produção é a herança cultural mais forte da comunidade. As artesãs além da preocupação com preservação cultural seguem parâmetros de sustentabilidade ambiental e técnicas próprias de coleta que estão sendo passadas por gerações. Os produtos são feitos principalmente da fibra de Bananeira, de cabaças conhecidas regionalmente como cubuco, muito utilizada no passado como cuia, de nome científico (*Lagenaria Vulgares*, da família das cucurbitáceas), também são feitas pinturas, bonecas de tecido e peças de fuxico. As criações vão desde utensílios domésticos e artigos de decoração a peças de acessórios femininos que são expostos e vendidos nas feiras da região e fora do estado.

Figura 5: Artesanatos produzidos pelas artesãs



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

As principais atividades econômicas desenvolvidas são a agricultura, produção de milho, feijão e mandioca. A prática da agricultura na Comunidade é de base familiar, mas muitos ainda utilizam a prática de arrendamento, por não terem a propriedade da terra e pôr a maior parte destas continuarem nas mãos de alguns fazendeiros. Na figura 6 é possível observar os cultivos de mandioca e feijão.

Figura 6: Plantação de Mandioca e feijão.



Fonte:

Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

Figura 7: Plantação de Milho



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

Uma característica da comunidade é as mulheres ficarem e desenvolverem essas atividades e os homens migrarem sazonalmente em busca de trabalho, a fim de complementar a renda familiar. A força de trabalho desses homens acaba sendo absorvida, em sua grande maioria, pelas atividades agrícolas da região Centro-Oeste e construção civil da região Sudeste do país. Em geral, ficam durante o período de estiagem, que vai de

maio a setembro e depois retornam à comunidade. Os destinos mais frequentes são os estados do Mato Grosso e São Paulo.

Sobre esse aspecto Albuquerque (2014, p.454) argumenta que:

O camponês do Semiárido alagoano não consegue viver só da produção obtida na sua terra, ela insuficiente e precisa do complemento de outras. A venda de dias de trabalho a um grande proprietário da região ou mesmo o trabalho como pedreiro, marceneiro ou outros, também não garante a sua e a sobrevivência da família. Migrar é preciso.

No ano de 2007, a comunidade foi contemplada por um projeto municipal para canalizar a água para a comunidade, porém uma das dificuldades que se destacam é o acesso limitado a água, pois existe na comunidade água encanada, mas dificilmente essa água, chega e a população fica refém do assistencialismo para o abastecimento por meio do caminhão pipa. No entanto, enquanto as chuvas não chegam a água que dispõem é insuficiente para suprir as necessidades diárias, tão pouco podem fazer uso dela para manutenção das atividades agrícolas nos períodos de estiagem, conseqüentemente a produção é pequena, garantindo apenas o consumo familiar, assim, o povo como alternativa de sobrevivência é forçado a vender a sua força de trabalho tendo como campo de possibilidade de reprodução social a migração temporária.

Figura 8: Caminhão Pipa na Comunidade Quilombola Caboclo



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

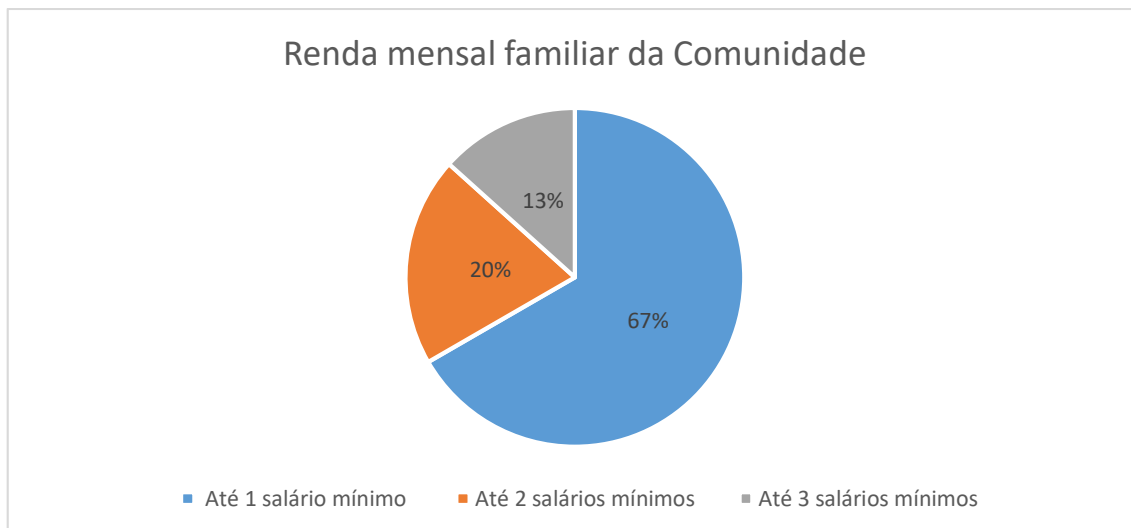
Nos últimos anos algumas políticas públicas foram implementados e a comunidade foi contemplada com algumas cisternas de placas e poços artesanais, por meio do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) do Governo Federal, porém nem toda a população foi contemplada. Durante a pesquisa de campo muitos relataram que a os poços artesanais não foram construídos para o uso da população, pois muitos estão em propriedade privada, com isso, a maior parte da população não pode fazer uso. Com isso, podemos ver que o não acesso à terra e a água acabam impactando negativamente na vida da comunidade colocando empecilhos para o desenvolvimento do seu modo de vida.

Figura 9: Cisterna de Placas na Comunidade.



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

Gráfico 3. Renda mensal Familiar –Comunidade de Caboclo 2021.



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

Com relação a composição familiar da comunidade, em média são compostas por mais de cinco pessoas convivendo na mesma casa. Dos entrevistados (67%) declararam que suas famílias tem renda mensal de até um salário mínimo, algumas contam apenas com o benefício social (Bolsa família), e as que possuem renda superior a um salário (33%) é porque estão incluídos nos rendimentos o recebimento da aposentadoria de algum membro e/ou a contribuição de parte do salário dos que estão fora.

A maior parte da população da comunidade vivem necessariamente do excedente do que produzem na agricultura familiar ou da renda da produção de milho, feijão e artesanato, não recebem salário pelo seu trabalho. Na pesquisa (40%) afirmaram trabalhar somente no plantio e (26%) com o artesanato, (21%) não trabalham e também não participam das atividades da agricultura, (13 %) correspondem a migrante que estava recebendo benefício (seguro desemprego).

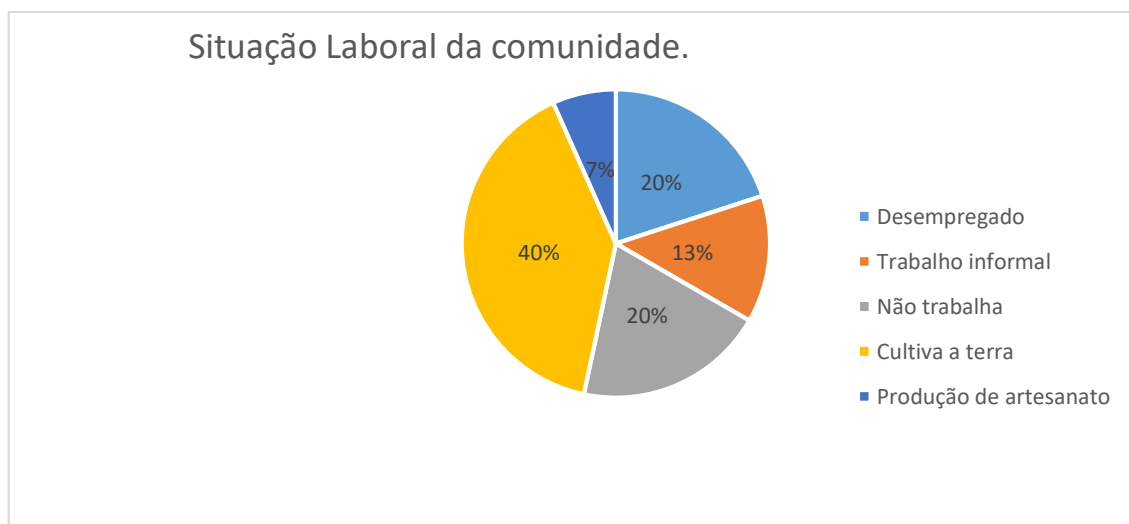
Dentre os entrevistados todos relataram ter alguém da família que precisou migrar em busca de trabalho temporário, e dentre eles todos os homens já haviam migrado. Algumas mulheres também relataram já ter migrado ou acompanhando o seu esposo, em busca de trabalho. Até mesmo os mais idosos relataram já ter migrado quando jovem para algum lugar dentro do estado ou para outros em busca de trabalho.

“Eu não sou as vezes que tive que viajar, em busca de trabalho para dar o sustento dos meus filhos. Já viajei para a mata alagoana para o corte da cana-de-açúcar, eu ficava lá seis meses e depois voltava para minha roça. Também viajei para São Paulo para trabalhar como servente de pedreiro. Hoje estou aposentado vivo do meu salário mais vejo meus filhos tendo que sair daqui todos os anos em busca de trabalho” (Idoso 1, 70 anos).

“Morei seis anos em São Paulo, tive que acompanhar meu marido, pois ele tinha indo trabalhar. Ele já estava lá há um ano, daí ele veio me buscar. Foram anos muito difíceis, pois o que ele ganhava não dava para a gente sobreviver eu tive que trabalhar como doméstica para ajudar, sofremos tanto que tenho fé que nunca mais eu volta lá” (Idosa 2, 75 anos).

Então, entre as dificuldades de permanecer na terra devem ser consideradas as limitações de produção em pequenos lotes para abastecimento de famílias compostas por um número relativamente elevado de membros, quanto menos promissor os resultados do estabelecimento menor é a renda e maior é a necessidade da venda da força do trabalho.

Gráfico 4. Situação Laboral da comunidade.

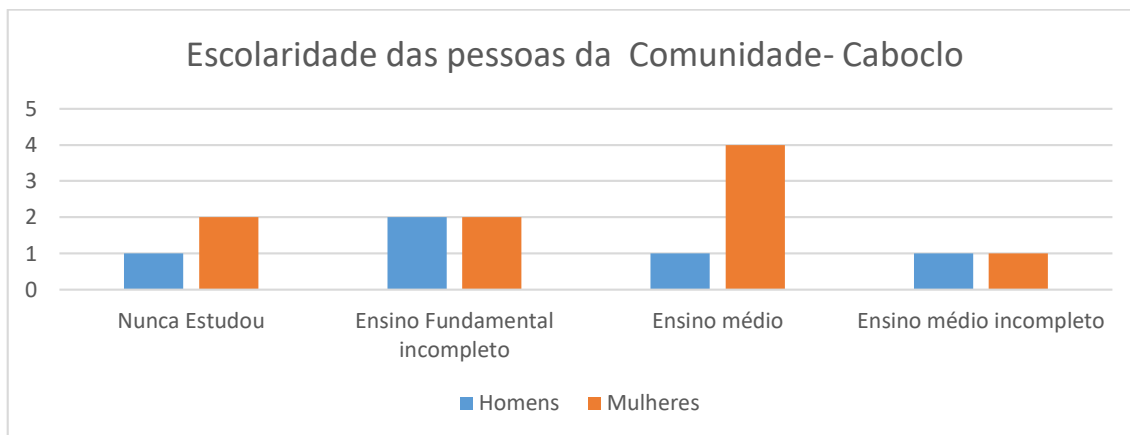


Fonte: Dalvan Lima. Pesquisa de campo, 2021.

Diante dos dados apresentado nós podemos observar (20%) dos entrevistados estão desempregados. (13%) trabalhando na informalidade, (20%) não trabalha e (40%) trabalha cultivando a terra e (7%) trabalha na produção de artesanato. Durante a entrevista muitos declaram não conseguirem se inserir no mercado de trabalho local indicando que o município tem poucas

fontes geradoras de emprego. As poucas oportunidades que surgem geralmente são para aqueles que tem um maior grau de escolaridade.

Gráfico 5. Escolaridade –Comunidade Caboclo



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

A comunidade conta com duas escolas sendo uma Escola estadual e outra escola municipal, mas mesmo assim os jovens apresentam um baixo grau de escolaridade. Quando perguntados sobre a continuidade dos estudos alguns homens entrevistados relataram quem não tinham mais interesse em voltar a estudar tendo em vista que iniciam na prática agrícola muito cedo e a mesma consome muito do seu tempo, mesmo sendo disponibilizado na comunidade se sentem desestimulados a adicionar ao fim da sua jornada o deslocamento para o estudo.

“Eu não quero estudar mais não, pois eu não tenho tempo, trabalho o dia inteiro na roça e a noite só quero descansar. E também estudar para que? Meu irmão terminou os estudos mas mesmo assim não consegue um emprego tem que trabalhar na roça do mesmo jeito” (Entrevistado 5, 27).

Diante desse relato nós vemos o quanto a falta de oportunidades acaba desestimulando e criando um certo estigma com relação a educação. Já as mulheres quando perguntadas se tinham interesse em retomar os estudos a maior parte respondeu que sonham com especializações e cursar uma faculdade. Assim, se pra os homens a saída da comunidade se faz desde

muito cedo para se integrarem ao mercado de trabalho, para muitas jovens o primeiro momento se dá a partir da busca de continuidade dos estudos.

Gráfico 6. Relação das pessoas da comunidade com atividade agrícola



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

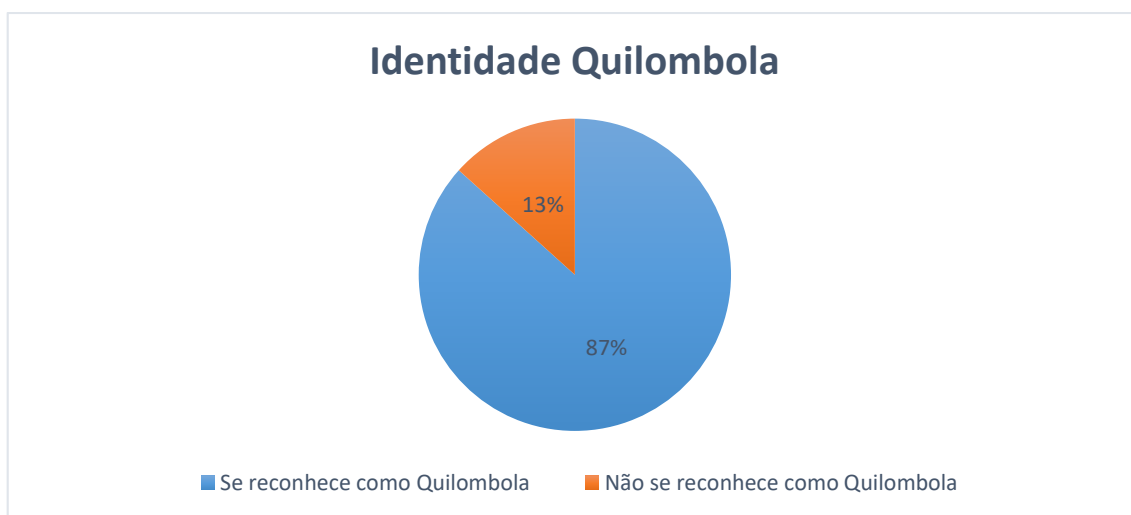
Quando questionados sobre gostarem da atividade agrícola, 40% dos entrevistados relataram que apesar de participarem das tarefas do campo alegaram não gostar de ter esse compromisso porque além de ser muito cansativa e pesada, a atividade não traz rendimentos suficiente, por isso desejam exercer outras profissões.

Ainda assim, a maioria deles (60%) tem prazer em cultivar a terra e gostariam de continuar na comunidade exercendo essa atividade. No entanto, não excluem a possibilidade de migrar, caso seja necessário complementar a renda familiar, ou ainda para conseguir benefícios que a vida no campo não lhes permitiu: bens materiais e recursos para investir em novas posses (lotes, animais) ou mesmo tentar ingressar no mercado de trabalho na área urbana da cidade, porém acreditam na perspectiva de futuro com condições melhores de vida na comunidade não sendo necessária à sua saída.

No que se refere à identidade quilombola, é necessário informar que, para alguns o significado de descendência se confunde com a cor da pele, o que leva muitos deles a não se auto identificarem. Outro aspecto relacionado a esta negativa está no não envolvimento nas atividades coletivas da comunidade. Contudo, enquanto 13% quando perguntados como se

apresentavam para os de fora da comunidade responderam negativamente a identidade quilombola, 87% afirmaram que se apresentam como quilombolas reconhecendo a sua descendência e demonstrando orgulho das suas raízes e do seu lugar. Isso significa que apesar das dificuldades estarem presente na comunidade há uma relação de pertencimento significativa.

Gráfico 7- Identidade Quilombola



Fonte: Dalvan Santos. Pesquisa de Campo, 2021.

No que diz respeito a identidade territorial da Comunidade quilombola Caboclo, é uma identidade que ainda está despertando, pois esta é uma comunidade de pessoas jovens e com isso ainda apresentam indivíduos que não partilham desse sentimento de pertencimento. E também vale ressaltar que essa negativa está muito relacionada ao que foi discutido no primeiro capítulo, sobre o processo de exclusão do negro, pois durante muito tempo vários direitos lhes foram negados e com isso, podemos perceber que por terem sido tratados com tanta violência e preconceito muitos ainda têm um receio historicamente construído pelo colonizador nas suas mentes de se auto reconhecer como remanescente de quilombola.

Mas podemos notar que várias tradições ainda são compartilhadas e passadas de geração em geração. Um belo exemplo, é a produção de artesanato que apesar das dificuldades anteriormente mencionadas nos capítulos ainda se constitui como uma das múltiplas territorialidades da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, as comunidades remanescente de quilombo vem ganhando cada vez mais notoriedade. E se tornando objeto de pesquisa de muitos estudantes e professores. A Ressemantização do termo quilombo vem ganhando cada vez mais espaço dentro das universidades e escolas. Com isso emerge uma necessidade de produzir cada vez mais conteúdo para essa discussão.

Durante muito tempo os negros foram excluídos, tiveram muitos dos seus direitos negados, porém sempre buscaram formas de resistir lutar para preservar seus direitos, sua liberdade, cultura, seu modo de vida. Os remanescentes de quilombolas herdaram de seus ancestrais essa cultura de luta.

Entender o território como um meio pelo qual as comunidades conseguem persistir preservando sua identidade, é de suma importância para compreender que o acesso à terra não garante apenas a subsistência dessa famílias, garante também a sua existência.

Um estudo sobre a comunidade quilombola Caboclo é trazer um pouco da cultura dos nossos ancestrais, pois a comunidade persiste como um ambiente de luta e resistência ao sistema capitalista e ao latifúndio.

A comunidade continua construindo sua identidade entre valores rurais e urbanos, porém a essencialidade da relação com a terra e com a ancestralidade cultural continuam sendo preservadas. A produção do artesanato vem sendo o principal elemento de resgate dessa identidade cultural. As dificuldades enfrentadas por estes são pertinentes à ausência dos meios de produção: as terras são insuficientes e o acesso a água restrito. Deste modo, impossibilitados de manter uma vida digna no campo seguem o padrão tradicional das famílias camponesas da região migrando sazonalmente em busca de complementar a renda familiar. Assim sendo, percebemos que com todos os percalços existentes, esta comunidade: Caboclo vem superando os obstáculos e mantendo as tradições e costumes herdados dos seus ancestrais.

No estudo buscamos analisar o território e a territorialidade da comunidade quilombola Caboclo. Também nos propomos analisar a formação territorial do Brasil, para compressão dos desafios enfrentado pela mesma.

Na investigação foi possível constatar que relação às implicações referentes a morosidade no processo de titulação de suas terras e diante da falta de políticas públicas que possa atender sua população a comunidades quilombola Caboclo tenta resistir e sobreviver preservando o seu modo de vida e tentando reafirmar sua identidade cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wagner Luiz de; PAULA, José Luis Oliveira de. **Sobre a adoção da escravidão africana no Brasil**. Ces Revista: Periódico oficial do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, v. 20, p. 251-271, 2006;

_____. Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, Diário Oficial da União, 21 nov. 2003;

DA TERRA, Comissão Pastoral. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra. 2020;

DA VIOLÊNCIA, Atlas. IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP). 2017;

DE ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. **Migração Camponesa**: dominação e resistência ao capital. Revista de Políticas Públicas, v. 18, p. 453-458, 2014;

ARAÚJO, Zezito. Contribuição da obra de Décio Freitas ao entendimento da epopéia palmarina e sua importância na formação da sociedade brasileira. In: FREITAS, Décio. República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: EDUFAL; IDEÁRIO, 2004.

REIS, João José. **Rebelião Escrava No Brasil: A História Do Levante Dos Malês Em 1835**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, 3ª edição, 665 páginas;

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Editora São Paulo, 2007;

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais. Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, Cap. 07, p. 169 a 189-190, 1999;

LUNA, Luiz. **O Negro na luta contra a escravidão**. Leitura: Rio de Janeiro, 1968;

MACEDO, Sérgio D. T. **Crônica do Negro no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1974;

MOURA, Glória. **Navio Negreiro-Batuque no Quilombo**. CNNCT. São Paulo, 1996;

_____ **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004;

_____ **Da Desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, 29: 11–24, 2003;

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011;

_____ **Bases das Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000;

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, 2008;

_____ **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1977;

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993;

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007;

RURAIIS QUILOMBOLAS, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras CONAQ; Terra de Direitos- Racismo e violência contra quilombos no Brasil. 2018;

NERES, Júlio Maria; CARDOSO, Maurício; MARKUNAS, Mônica. **Negro e Negritude**. Edições Loyola. São Paulo, 1997.

STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária no Brasil.**, Editora São Paulo: Expressão Popular, 2012.

APÊNDICE**APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO NA COMUNIDADE CABOCLO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS -UFAL

CAMPUS DO SERTÃO-DELMIRO GOUVEIA –ALAGOAS

GEOGRAFIA LICENCIATURA

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO

PÚBLICO ALVO: COMUNIDADE CABOCLO EM SÃO JOSÉ DA TAPER- AL.

NOME:

IDADE:

SEXO:

ESCOLARIDADE:

() Nunca estudou () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio () Ensino Superior

1. Quantos membros da sua família moram com você?

() Nenhum () 1 () 2 () 3 () 4 () a partir de 5

2. Você trabalha?

() Sim () Não

3. Se trabalha, em que atividade?

3.1 Recebe salário?

() Sim () Não

3.2 Se não recebe salário como recebe o pagamento por seu trabalho?

4. Qual a renda mensal familiar?

() até 1 salário mínimo () até 2 salários mínimos

() até 3 salários mínimos () acima de 3 salários mínimos

5. É beneficiário de Programas Sociais? Quais?

6. Tem alguém da sua família que mora fora da comunidade?

() Sim () Não

Se sim, onde e por quê?

7. A sua família trabalha com a terra?

() Sim () Não

8. Quais as culturas que produzem?

() macaxeira () milho () feijão () sorgo () fava () cana () hortaliças

9. Você ajuda em alguma tarefa agrícola?

() Sim () Não

10. Gosta da atividade agrícola?

() Sim () Não

11. Sua família também trabalha na produção de artesanato da comunidade?

() Sim () Não

12. Você colabora em alguma dessas tarefas?

() Sim () Não

13. Já precisou migrar para trabalhar?

() Sim

Quais destinos e quais atividades?

() Não

14. Você se apresenta como remanescente quilombola diante das pessoas de fora da comunidade?

() Sim () Não

Por quê?

15. Já sofreu algum tipo de preconceito?

() Sim

Qual?

() Não

16. Onde você mora é de quem? Você tem posse ou propriedade da terra?

17. Está envolvido em algum projeto coletivo da comunidade?

() Sim () Não

18- Como é o acesso a água?

() água encanada () Pluvial (chuva) () Caminhão Pipa ()

Cisternas